

O outro lado da metáfora: a materialidade prática do sentido

The other side of metaphor: the practical materiality of meaning

Filipo Figueira¹

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

figueirafp1@gmail.com

RESUMO: Neste ensaio teórico, pretende-se dar continuidade às considerações tecidas anteriormente sobre o “ordinário do sentido”, como este conceito aparece no pensamento de Michel Pêcheux. Propõe-se uma forma de dar consequências à necessidade de pensar a práxis dentro de uma teoria discursiva do sentido e da linguagem através da reinterpretação do “primado da metáfora”, princípio semântico que sustenta a Análise do Discurso desenvolvida por ele. Defende-se, assim, que de dentro da própria proposição do “primado da metáfora”, o “efeito de sentido” pode então ser melhor compreendido como *um laborioso esforço para fazer sentido*, também fazendo aí intervirem as reflexões sobre a possibilidade de uma performatividade do discurso. Caminha-se, portanto, na direção da hipótese da materialidade prática do sentido, evidenciando o papel teórico do fazer discursivo do sujeito com a língua.

Palavras-chave: Metáfora; Ordinário do sentido; Práxis; Performatividade.

ABSTRACT: In this theoretical essay, we intend to continue the previous considerations on the "ordinary of meaning", as this concept appears in Michel Pêcheux's thought. We propose a way of giving consequences to the need to think about praxis within a discursive theory of meaning and language by reinterpreting the "primacy of metaphor", the semantic principle that underpins the Discourse Analysis he developed. It is thus argued that from within the very proposition of the "primacy of metaphor", the "effect of meaning" can then be better understood as a laborious effort to make sense, also making it possible to reflect on the possibility of a discursive performativity. We are therefore moving towards the hypothesis of the practical materiality of meaning, highlighting the theoretical role of the subject's discursive practice with language.

Keywords: Metaphor; Ordinary way of meaning; Praxis; Performativity.

¹ Doutor em Linguística (Universidade Estadual de Campinas) e pesquisador de Pós-Doutorado (UFSCar), membro dos grupos FEsTA (Fórmulas e Estereótipos - Teoria e Análise/Unicamp), COLHIBri (O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas do Brasil/Unicamp) e LABOR (Laboratório de Estudos Discursivos/UFSCar). Artigo desenvolvido com auxílio da FAPESP (processo nº 2019/01680-1).

Os interlocutores não são nem escravos nem senhores da língua. São trabalhadores.

Sírio Possenti (2001 [1988])

Introdução

Uma das primeiras lições que deve aprender quem pratica a Análise do Discurso (em qualquer uma de suas vertentes), avalia Sírio Possenti (2009), é de se opor radicalmente a qualquer tipo de busca pela “verdade” do sentido, seja depositando-a no sujeito falante, seja no objeto de que se fala – em outros termos, recusar por princípio qualquer explicação fenomenológica ou empírico-realista da significação (Pêcheux, 2014 [1975]). Com efeito, esta premissa fundamenta toda a empreitada de Michel Pêcheux desde suas primeiras experimentações com a teoria do discurso. Em seu projeto inaugural, por exemplo, opondo *discurso* a *informação*, ele defenderá que, diferentemente da aparência monológica da mensagem, é central ao conceito de discurso que ele seja “remetido às relações de sentido nas quais é produzido” (Pêcheux, 2010 [1969], p. 76), o que impede qualquer retorno ao “início” do discurso (onde estaria sua verdade ou essência): todo discurso, dirá, “se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (idem). Em outras palavras, é inerente à teoria do discurso (ou ao menos a esta) o fato de que todo enunciado só se realiza mediante a retomada de outros enunciados — que ele refuta, reitera, critica, reforça —, e é nesta repetição (nestas *relações entre enunciados*) que se engendra o sentido.

Contudo, acautela Possenti (2009), a aceção do *sentido como efeito* também implica que ele seja compreendido em seu aspecto enunciativo — afinal, dirá, “o sentido não é apenas a contraparte do significante; ele é um efeito do aparecimento do significante em condições dadas” (Possenti, 2009, p. 134). Nesse espírito, Possenti (2009, p. 133-134, meus destaques) sublinha que, se “do ponto de vista dessa teoria do discurso [pêcheutiana], o sentido não está associado simplesmente nem às palavras, nem aos enunciados, mas depende, de alguma forma, exatamente, da enunciação dos enunciados”, seria preciso reconhecer que “*o sentido é um efeito de sentido porque resulta de uma enunciação*”. A própria teoria discursiva pêcheutiana sublinha uma temporalidade processual quando concebe a significação como *processos discursivos que se desenvolvem sobre uma base linguística* (Pêcheux, 2014 [1975]). Ignorar a atividade enunciativa, portanto, seria supor que os efeitos de sentido se produzem sozinhos, ou pior, que as línguas são faladas por elas mesmas.

É bem verdade que, apesar da sua suspeita inicial sobre a teoria da enunciação, Pêcheux buscou incorporá-la à sua teoria do discurso, saindo em defesa do que considerava

uma “teoria não-subjetiva da enunciação”, às vezes também caracterizada como “teoria (não subjetivista) da subjetividade”². Ambas formulações expressam a forte rejeição às teorias enunciativas elaboradas por autores estruturalistas (como Jakobson e Benveniste), perspectivas estas que, segundo Pêcheux (2010 [1969], p. 70), promoveriam “a reparação triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*”, isto é, como um sujeito que produz a si mesmo (e ao sentido) se apropriando (voluntariamente ou de plena consciência) dos sistemas da língua. Opondo-se ao “intersubjetivismo” estruturalista, portanto, Pêcheux defenderá que

É preciso, finalmente, precisar que a relação de articulação dos processos sobre a base linguística torna-se possível pela existência, no próprio interior da base, de mecanismos resumidos pelo termo *enunciação*, pela qual se efetua a tomada de posição do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é o suporte (Pêcheux, 2015 [1971], p. 129, meus destaques).

A saída “não subjetiva” para a enunciação, portanto, seria concebê-la como processos pelos quais, no encontro da base material linguística com as representações sociais (estas últimas na figura das “formações discursivas”), “o enunciado se constitui pouco a pouco e que *tem por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não-dito’*” (Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975], p. 175, meus destaques). Em outras palavras, fortemente influenciada pela teoria althusseriana da ideologia, o papel da enunciação, ainda que reconhecido, estava encerrado em uma função topológica: aquilo que, na constituição discursiva do sujeito (sua *tomada de posição*), *define fronteiras* entre formações discursivas a partir do que, em determinada posição, é repetido como o “mesmo” (o que se atribui como matéria-prima) e do que é rejeitado como o “outro” (o que se silencia, ignora ou esquece). É curioso, assim, que mesmo que aqui já se admita que entre uma e outra sequência discursiva não há nenhuma garantia de que o sentido se mantenha o mesmo, nesta concepção topológica da enunciação ainda parece funcionar a crença patentemente estruturalista, como se verá, da “repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas” (Pêcheux, 2010 [1969], p. 97) como fundamento de uma produção de efeitos de sentido.

É indiscutível a pertinência de se analisar os enunciados a partir das posições discursivas em que se sustentam, como mostra a própria história da Análise do Discurso materialista na França e na América Latina. Isto não está de forma alguma em questão aqui. Contudo, lembra Possenti (2009), ao reduzir a enunciação à binaridade entre seleção/rejeição

² Cf. Haroche, Pêchux e Henery (2020 [1971]), Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]) e Pêcheux (2014 [1975]).

– muitas vezes de cunho lexical, cabe sublinhar –, teria se apagado o *essencial* da enunciação, a saber, que ela é uma *atividade*. Sob a pena, enfim, deste conceito permanecer apenas como um *slogan*, o linguista chama atenção ao que sempre esteve ao alcance dos olhos da Análise do Discurso: o sentido, produto de processos discursivos sobre uma base linguística, “informado” por representações sociais nas formações discursivas e constituído pelo interdiscurso, só é realmente um “efeito de sentido” – *um sentido em forma de efeito* – caso se admita que ele é o resultado de uma *atividade enunciativa*. O que implica considerar que o discurso não é nunca apenas retomada, mas também, por sua própria natureza interdiscursiva, uma novidade. “É que cada enunciação se dá levando em conta que já houve outras enunciações – por isso uma língua não se inventa a cada vez que se fala. Mas cada enunciação é (há algo mais óbvio?) outra enunciação – por isso *pode não ser mera repetição de um discurso*” (Possenti, 2009, p. 138).

Dito de outra maneira, a temporalidade da enunciação obriga a análise a considerar que o discurso não é nem mera repetição (é sempre *outro*), nem pura diferença (é sempre *retomada*). Levar a sério, portanto, esta lição elementar da Análise do Discurso significa reconhecer este *paradoxo* da enunciação (repetir e transformar) para além de sua função topológica, mas como prática discursiva. Contudo, como ainda alerta Possenti (2009), não é suficiente apenas *indicar* que o efeito de sentido deriva desse paradoxo, é preciso explicitar o que se entende por essa “atividade discursiva”. Retomo estes comentários, portanto, porque tocam no problema central que pretendo desenvolver neste texto: um ensaio sobre a natureza prática do sentido que funciona *de dentro* da teoria discursiva de Michel Pêcheux, principalmente em sua fase final, na justa medida em que ela se apoia sobre uma concepção metafórica da significação.

Os últimos trabalhos de Michel Pêcheux, escritos durante a virada para a década de 1980, são particularmente marcados pela herança de uma série de crise pelas quais passava o “materialismo da estrutura” francês (Pêcheux, 1998 [1982]), em pleno declínio no pensamento europeu. Para a teoria discursiva, estas crises giravam em torno do “caráter oscilante e paradoxal” do sentido: é bem verdade, dirá, que existe uma série de *universos discursivos logicamente estabilizados*, cuja constituição histórica foi possibilitada por determinadas propriedades das línguas naturais, capazes de cálculo e formalização; contudo, toda língua é também, por sua própria natureza simbólica, a condição para a constituição de *universos discursivos não-estabilizados logicamente*, um espaço *de jogo com o sentido*, portanto, em que “a ambiguidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável” (Pêcheux, 1998 [1982], p. 24). Oscilando entre as fronteiras de um e outro espaço, contudo,

existiria ainda toda uma zona intermediária onde falham as propriedades lógicas dos objetos, e cuja eficácia discursiva consiste precisamente na possibilidade de jogar com a estabilidade lógica para fazer valer o deslizamento de sentido.

A posição do “estruturalismo filosófico” frente a esta oscilação paradoxal entre a repetição e a transformação, dirá, é insuportável: ela parece ter desconsiderado completamente o equívoco como fato linguístico estrutural, a um só tempo fazendo da “ideologia” ou da “sociedade” o espaço de “pura reprodução do sentido” e reafirmando sua postura aristocrática ao reiterar que as transformações e os deslocamentos simbólicos seriam uma excepcionalidade, “o momento heroico solitário do teórico ou do poético (Marx/Mallarmé) como trabalho *extraordinário* do significante” (Pêcheux, 1998 [1982], p. 25). Ela havia cedido, continua, ao “argumento populista da urgência”, reduzindo a vida cotidiana das massas à necessidade vital pela estabilidade lógica de tal forma que os jogos com a transformação do sentido não lhes concerniriam. O “materialismo estrutural”, portanto, ao se atribuir a autoridade sobre os espaços não-estabilizados, ignorava que “o humor e o traço poético não são o ‘domingo do pensamento’, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica” (Pêcheux, 2015 [1988], p. 52). Sem abandonar o principal da revolução estruturalista – “o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica” (Pêcheux, 2015 [1988], p. 46) –, o declínio do estruturalismo europeu, assim, tornava-se a ocasião de ir além dos discursos da Ciência, do Estado, do Direito, e “de se pôr”, enfim, “na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (p. 48). Esta convocação, porém, não pôde ser levada a cabo.

Em um ensaio teórico anterior (Figueira, 2023), elaborei um percurso elocubrativo sobre o “ordinário do sentido” e as “circulações cotidianas”, seguindo algumas das pistas legadas por Pêcheux, mais especificamente, os acenos teóricos à linguagem ordinária de Ludwig Wittgenstein (2022 [1953]) e às práticas cotidianas de Michel de Certeau (1998 [1980]). Este percurso trouxe à baila uma série de consequências para a teoria discursiva que, assim acredito, exigem que se reconsidere a instanciação do discurso – a enunciação – naquilo que ela corresponde a mais do que um mero ritual empírico de seleção e rejeição. Quer seja através dos jogos da linguagem ordinária, representativos da primazia da práxis sobre a significação, quer seja através das práticas cotidianas, divididas entre as ações estratégicas de imposição do poder e as ações táticas de desvio e expropriação deste poder, o paradigma ordinário se mostra genealogicamente marcado pela acepção da linguagem como uma atividade na medida em que *dizer é desde sempre uma modalidade de ação* e que *a forma como a linguagem é “posta em ato” é constitutiva do sentido*.

Para fazer valer as conclusões apresentadas naquele ensaio teórico, neste segundo, buscarei dar consequências ao primado da práxis sobre a significação, fazendo-a intervir na teoria discursiva de Michel Pêcheux através do que proporei chamar aqui de *materialidade prática do sentido*. Mediante a reinterpretação do *primado da metáfora*, proposto e reafirmado em diversas de suas obras, defenderei que o “efeito de sentido” pode então ser melhor compreendido como *um laborioso esforço para fazer sentido*, o que não só abre a produção do sentido para a instabilidade que lhe é própria, como pavimenta o caminho para considerar a centralidade do jogo com/sobre as regras (linguísticas e discursivas) nesta produção. Ao fim do texto, dada sua proximidade com autores influentes na Análise do Discurso, como Althusser e Foucault, proporei ainda algumas considerações sobre a possibilidade de uma “performatividade discursiva” a partir da “política do performativo” elaborada por Judith Butler (2021 [1997]).

Efeito metafórico e primado da metáfora

Afirmar somente que o sentido é um efeito não é suficiente para descrever sua acepção materialista. Na teoria pecheutiana, rompe-se com a busca pela origem do sentido, mais precisamente, ao se propor a natureza metafórica do efeito de sentido: “Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y” (Pêcheux, 2010 [1969], p. 96).

Em outros termos, produz-se um “efeito de sentido” quando dois (ou mais) termos de duas sequências discursivas distintas – sejam eles “x” e “y”, como sugerido – são intercambiáveis em um mesmo discurso; o sentido, dessa forma, não está nem em uma sequência nem em outra, mas *entre* as sequências discursivas relacionadas (na medida em que uma mesma formação discursiva atribui aos termos “x” e “y” a possibilidade de permutação). Isto é, se o sentido é um *efeito*, o é na medida em que este efeito é também, de saída, *metafórico*: o sentido de um enunciado (seja ele uma palavra, como era o caso em 1969, seja uma frase complexa) não existe “em si”, em uma palavra ou morfema, mas é o resultado da possibilidade de sua *substituição* por outro enunciado que lhe seja equivalente em uma mesma formação discursiva.

No âmbito da *Análise Automática do Discurso* de 1969, vale dizer, o *efeito metafórico* consistia efetivamente em um expediente analítico: o que forneceria os meios para a análise

semântica (discursiva) de um certo número de sequências discursivas autônomas dadas, produzidas independentemente umas das outras, reunidas pelo analista em um *corpus* representativo de um discurso particular – um meio de acessar sua “estrutura profunda”, como sugeria Pêcheux (2010 [1969]). Posteriormente, este expediente, que contava apenas com relações sinonímicas, será ampliado através do conceito de *família parafrástica*, prolongamento direto do *efeito metafórico*: “é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito”, escrevem Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 166-167).

Em suma, do ponto de vista desta teoria do discurso, só há sentido porque os enunciados estão sempre relacionados a outros e porque estas relações (bem como as maneiras pelas quais elas são linguisticamente constituídas) são constitutivas dos efeitos de sentido de qualquer enunciado. Foram conceitos como o de *efeito metafórico* e das *famílias parafrásticas*, portanto, que permitiram à Análise do Discurso contornar o problema da origem e da busca ilusória pela verdade, delegando a *produção* do sentido às relações entre enunciados: por um lado, diferenciava-se de uma “concepção atomística das significações” (Pêcheux, 2010 [1969], p. 93), pautada em unidades decomponíveis em “semas” inscritos no sistema linguístico (notadamente, nos domínios morfológico e lexical); por outro, reafirmava-se que “não se passa necessariamente de uma sequência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas que as duas sequências estão, em geral, *ligadas uma à outra* por uma série de efeitos metafóricos” (Pêcheux, 2010 [1969], p. 99, meus destaques). Sendo assim, aquela breve definição do *efeito metafórico* expressava pela primeira vez o que defendo aqui ser o principal fundamento que sustentará toda a prática de leitura de arquivo da Análise do Discurso em seus desenvolvimentos posteriores: *o sentido é o efeito resultante da transposição entre enunciados postos em relação*. Para avançar em direção à materialidade prática do sentido, proponho abordar o fundamento metafórico do sentido em três dimensões: no que (a) corresponde a um princípio semântico (a metáfora é primeira, e não derivada), naquilo que (b) implica uma equívocidade constitutiva, fruto de sua materialidade linguístico-discursiva e naquilo que (c) desembocará na natureza paradoxal da metáfora.

A) *O primado da metáfora sobre o sentido*. Se o *efeito metafórico* aparece pela primeira vez como expediente analítico, a “questão da metáfora e do efeito metafórico”, como asseveram Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), posteriormente se tornará *decisiva*. Sua definição, por sua vez, é derivada diretamente das considerações de Jacques Lacan acerca do estatuto linguageiro do inconsciente. Reinterpretando as noções freudianas de “condensação” e “deslocamento” (em que *metáfora* está para a *condensação* como *metonímia* está para o

deslocamento), Lacan (1978 [1966], p. 237, meus destaques) descreverá a metáfora como aquilo que “*jorra* entre dois significantes dos quais um substituiu o outro tomando-lhe o lugar na cadeia significante”; este “significante oculto”, contudo, permanecerá presente nela “pela sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia”. Vem daí sua definição sucinta e objetiva: “*Uma palavra por outra*, eis a fórmula da metáfora” (p. 238). Com efeito, caso se troque “metáfora” por “sentido” – e eventualmente “jorrar” por “produzir” –, está aqui uma paráfrase do funcionamento do *efeito metafórico* exposto acima.

Contudo, se lá a metáfora representava o mecanismo analítico pelo qual se pode acessar a “estrutura profunda” de *um discurso dado* — acepção estruturalista que posteriormente será revista, se não abandonada —, sua transformação no *primado da metáfora* eleva a fórmula lacaniana a um princípio semântico elementar, afetando substancialmente a natureza da significação. É o que se pode depreender, enfim, da definição (uma delas) que lhe dá Pêcheux, ao afirmar que

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua (por exemplo, ligações ‘linguísticas’ entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido (Pêcheux, 2014 [1975], p. 239-240).

Um paralelo com Wittgenstein (2022 [1953]) pode ser útil³. Como apresentado no ensaio citado, o primado da práxis sobre a significação expresso pela linguagem ordinária (§116) é articulado como uma crítica à perspectiva ostensiva (§6, 7), cujo cerne consistia em atribuir *a cada palavra seu sentido*, e que, como tal, seria único, coerente e absoluto (§1). A significação e sua análise estavam assim reduzidas às figuras da referencialidade e da falseabilidade, na medida em que cada palavra apontaria para a essência de um objeto (sua *verdade*) e caberia então desenvolver expedientes analíticos para melhor expressá-la ou atingi-la (para que se chegasse o mais eficazmente possível ao *verdadeiro*). Wittgenstein investe contra a perspectiva ostensiva quando demonstra que ela se assentaria em um engodo, a saber, a pressuposição infundada de que o ideal que se buscava atingir estaria já de alguma forma presente na realidade (ou no pensamento) – o que chamou de “preconceito de pureza

³ Sigo o costume dos comentaristas de Wittgenstein, referindo aos parágrafos das *Investigações Filosóficas*.

crystalina” (§§107, 108). Contrariamente, contudo, Wittgenstein alerta para que a ostensão não pode ser representativa de toda significação, mas apenas *uma* forma de significar, o que também impede, conseqüentemente, que a referencialidade represente *o* fundamento definidor da linguagem, sendo somente uma de suas muitas e heterogêneas manifestações (§43). Por fim, defenderá que o sentido também não poderia mais ser concebido como um atributo, mas como o resultado de determinada maneira de jogar (*agir*) com a linguagem (§23)⁴.

Analogamente ao deslocamento provocado pelos jogos de linguagem, portanto, ao fazer da metáfora o princípio da significação, o sentido não pode mais ser descrito, como historicamente fora, como uma “‘propriedade’ da literalidade ‘significante’” (Pêcheux, 2014 [1975], p. 239) – seja ela uma verdade, uma referência, enfim, uma essência, única e tangível. Pensar o contrário seria supor que, de alguma forma, o sentido estaria pré-definido de antemão, que sua essência ou verdade estaria, por assim dizer, abrigada em algum sistema organizado (como o linguístico, contra o qual Pêcheux se batia agora, ou o social, como salientará depois). Enfim, o primado da metáfora impede considerar que o sentido de determinada palavra seria uma propriedade que “viria à luz” na enunciação apenas para ratificar sua predeterminação (sendo mal ou bem-sucedida nisso). Em outros termos, afirmar que a metáfora é primeira, e não derivada, seria uma radicalização da suposição de “que não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida, aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto [das representações ideológicas!] já é construída em formações discursivas” (Pêcheux, 2011a [1984], p. 158) – e, por isso mesmo, acidental, não-necessária⁵.

Vale recordar que, desde o princípio, o conceito de “discurso” é definido em relação a discursos prévios, a quem *atribui* a qualidade de matéria-prima. Ao que corresponderia essa atribuição, se não ao *efeito metafórico*? É isto que está em jogo no postulado do primado metafórico e, se há um ponto de não-retorno na semântica discursiva da Análise do Discurso, ele se encontra aí: foi por meio dele que a Análise do Discurso pôde se desvencilhar da busca

⁴ Quando Pêcheux faz da significação um fenômeno intrinsecamente metafórico, é contra a mesma acepção de linguagem essencialista e referencial que sua teoria vai se voltar. Além de que, salvo as diferentes resoluções e orientações teóricas, elaborará saídas bastante similares, ao passo que poderíamos mesmo dizer que havia algo do instinto ordinário em Pêcheux (assim como do materialista em Wittgenstein).

⁵ Nestes termos, esbarra-se novamente em Wittgenstein (2001 [1921]), mesmo que no “primeiro”: “*O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo tudo é como é e acontece como acontece: nele não há valor – e se houvesse, o valor não teria valor. Se houver um valor que tenha valor, então deve permanecer fora de todos os acontecimentos e do ser-peculiar, pois todos os acontecimentos e o ser-peculiar são acidentais. O que o faz não-acidental não pode estar no mundo pois, no caso contrário, isto seria de novo acidental. Deve estar fora do mundo*” (§6.41, meus destaques).

pelos universais semânticos para interrogar as relações de sentido que constituem, através de sua enunciação, objetos discursivos. Os demais conceitos vêm a ele se somar, articular, complexificar: o *real da língua*, na qualidade de base material intrinsecamente equívoca; as *formações discursivas*, como topografia onde podem os efeitos metafóricos se desenrolar; o *interdiscurso* e a *memória*, como fundamentos da “matéria-prima” discursiva; e a *enunciação*, como visto logo de início, a atividade pela qual são produzidos os efeitos (metafóricos) de sentido. Meu intuito, gostaria de deixar claro, não é nem de perto o de mitigar a importância e a potência destes outros conceitos – lembro que este ensaio caminha para relevar a centralidade da atividade enunciativa nos processos discursivos; eles são, evidentemente, extremamente valiosos e analiticamente potentes. Chamo tão somente a atenção para o fato de que, se o *valor* é o centro da ruptura saussuriana, bem como a *práxis* o da linguagem ordinária, a *metáfora* seria o coração da “mudança de terreno” levada a cabo pela semântica discursiva pecheutiana.

Entretanto, esta mudança, como todas, não é sem consequências. Uma delas é que o princípio metafórico do sentido faz da metáfora um fundamento da linguagem (e das línguas naturais em especial) e, como tal, implode de dentro o par *sentido próprio/figurado*. Como esclarecem Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 235, nota 74), ao se afirmar que “a metáfora é primeira e não-derivada”, o propósito não era o de inverter o par *sentido próprio/figurado* (*denotativo/conotativo; literal/metafórico* etc.), fazendo consequentemente com que todo sentido se torne periférico (provocando “múltiplas leituras”). Isto seria apenas deslocar a essência da unidade para a pluralidade. Trata-se, mais propriamente, de “*liquidar* o próprio par núcleo/periferia, considerando a metáfora como o transporte entre dois significantes, constitutivo de seu sentido” (Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975], p. 235, nota 74). Enquanto um princípio semântico, assim como a poética, a metáfora *não é localizável*: “como para a poesia, pode-se defender a ideia de que ela não existe”, afirmam Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 160), já que “está em toda parte na origem da produção de sentido”. Na mesma medida, portanto, em que “não há linguagem poética” (Gadet; Pêcheux, 2004 [1981], p. 58), também é possível ser categórico com a afirmação de que *não há sentido metafórico*.

Esta genealogia metafórica do sentido implica, por sua vez, que aquilo que se considera como “sentido próprio” e “figurado” em determinado contexto discursivo (e suas derivações) são efeitos de sentido que *funcionam como* “próprio” e “figurado” – mantendo o paralelo com Wittgenstein, são sentidos que, em determinada forma de vida (pelo hábito e pelo costume), são jogados para a produção de efeitos de sentidos que serão julgados como “próprios” ou “figurados”. Outra consequência é que, como princípio semântico que

reposiciona a natureza da significação da imanência da essência para o efeito da relação, a estabilização do sentido é também profundamente afetada. Ora, se o sentido não é jamais uma propriedade de determinada palavra, frase ou proposição, mas um movimento entre palavras, frases e proposições, é próprio da significação que suas cadeias estejam, em última instância, sempre abertas à *indefinição*. Pretendo, a seguir, investir sobre a *natureza equívoca* da metáfora, na medida em que ela está em estreita associação com a materialidade discursiva dos efeitos de sentido, o que também acarreta seu caráter paradoxal.

B) *Materialidades equívocas*. Para prosseguir, seria útil retomar a definição do encontro *língua/discurso*. Mais acima, chamei atenção ao fato de que a Análise do Discurso se especifica ao cruzar dois domínios constitutivos do discurso (a base material linguística e as representações histórico-sociais) para observar como, interferindo um no outro, constituem efeitos de sentido. Naturalmente, estas duas realidades também foram convocadas para definir e sustentar o *primado da metáfora*: por um lado, o *efeito metafórico* é definido por Pêcheux (2010 [1969], p. 96) como um efeito “característico dos sistemas linguísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e às ‘línguas artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua ‘natural’” – isto é, ele decorre diretamente da língua como sistema relativamente autônomo. Por outro lado, ao introduzir as *famílias parafrásticas*, Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 167) sublinharão que o sentido de uma sequência é indissociável das relações parafrásticas que estabelece com outras sequências – o que faz destas relações a “matriz do sentido” –, isto é, ele só é “materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva”. Em resumo, o princípio metafórico se vê atravessado pela ambivalência das duas realidades que o constituem: o “jogo da língua” e a “identificação-interpelação” – e sua instabilidade constitutiva deriva diretamente delas.

De sua parte, a base material linguística foi objeto de grande investimento pela teoria discursiva de Pêcheux, e sua introdução na teoria discursiva através da reinterpretação do *Curso* de Saussure foi fundamental para a concepção do *primado da metáfora*. Pêcheux e seus colegas defendiam que a verdadeira revolução saussuriana não teria sido propor a arbitrariedade do signo linguístico, mas sim, que entre o *significante* e o *significado* haveria uma lacuna linguisticamente intransponível: o *valor*. Como escreve Saussure (2012 [1916], p. 163), todo signo é definido “por aquilo que o rodeia”, isto é, pelas relações de semelhança e dessemelhança que estabelece *dentro de um sistema linguístico* (como o fonético, o pronominal etc.); conseqüentemente, sublinha, “na língua só existem diferenças” (Saussure, 2012 [1916], p. 167). Fazendo valer esta concepção do *valor* saussuriano, na medida em que

viria a sobredeterminar a significação, Haroche, Pêcheux e Henry (2020 [1971], p. 19) concluirão que, “do ponto de vista da língua, só conta o valor e não a significação”. Em outros termos, a língua, como relação de diferenças, não poderia abrigar a positividade do sentido – as tais *entidades sêmicas* de que falava há pouco –, mas apenas a possibilidade de que ele se produza através da articulação (enunciação!) dos sistemas linguísticos. Não à toa que o *primado da metáfora* é postulado como consequência direta da interpretação do primado do valor sobre a significação.

Esta reinterpretação, no entanto, está atrelada à preocupação de considerar a materialidade da língua *em sua relação consigo mesma*, como bem explicam Gadet e Pêcheux (2004 [1981]), de forma que, como tal, não poderia ser pensada em relação ao não-sistêmico (de onde um sujeito poderia irromper) ou ao não-gramatical (que de alguma forma poderia representar o indizível), como supõem, respectivamente, os pares *língua/fala* e *gramatical/agramatical* – e que ressoam a mesma aparência de “liberdade poética” ou de “impropriedade sistêmica” que o par *próprio/figurado* pode assumir (e sob o qual o estruturalismo se articulava).

Outra vez o paralelo com a linguagem ordinária pode ajudar. Como reiterado acima, Wittgenstein opunha-se à perspectiva ostensiva naquilo que ela considerava a linguagem como um “meio de acesso” às coisas. Decorreria disto o desejo idealista de que as expressões linguísticas sejam o mais precisas quanto possível ao representarem tais coisas: quão mais *exatas* nesta representação, mais verdadeiras; quão mais *inexatas*, mais falsas. Ora, não está aqui o mesmo raciocínio que se aplica às línguas para separar as expressões apropriadas e inapropriadas de determinado sistema? O “gramatical” é aquela expressão que melhor (com mais *exatidão*) representa o que é propriamente (verdadeiramente) uma língua, assim como o agramatical seria tudo aquilo que não coincide com este “núcleo duro” de regras.

Wittgenstein chama atenção, contudo, ao fato de que “‘Inexato’ é propriamente uma censura, e ‘exato’ um elogio” (§88); e como tal, o “inexato” atinge tão bem o alvo quanto o “exato”, diferenciando-se, portanto, apenas no que se prevê como *alvo*. Em outras palavras, “exato” e “inexato” são apreciações tecidas *a posteriori* sobre a língua, fundamentadas em um “ideal de precisão” definido nas bases de uma essência imanente (o que é *a/uma língua*)⁶.

⁶ A acepção da língua como “una e indivisível”, enfatiza o linguista francês Jean-Claude Milner (2012 [1978], p. 20), só se sustenta mediante o descarte de uma série de proposições: “- as línguas, por serem incomensuráveis, não formam uma classe contingente; - uma língua não é idêntica a si mesma; - uma língua é uma substância; - uma língua pode cessar de ser estratificada; - uma língua não é isotopa”. “É por uma decisão de princípio que

Analogamente, o que se propõe com o *real da língua* – a relação da língua com sua impossibilidade estruturante – é que entre o “dentro” e o “fora” da língua não se poderia determinar uma fronteira absoluta. Como sugere Françoise Gadet (2016 [1981]), linguista francesa, não haveria entre eles uma diferença de natureza, afinal, são acima de tudo expressões linguísticas, e mesmo aquilo que é julgado como não pertencente ou impróprio é definido em relação ao que se considera pertencente e próprio. Trata-se, tanto num caso como no outro, de um *encontro* com a regra linguística: o primeiro positivamente, através de sua asseveração, e o segundo negativamente, pelo seu desvio de função.

Trabalhadas a partir do *real da língua*, portanto, cada regra linguística (que poderia ser mais bem interpretada como *norma*, na acepção butleriana que se apresentará a seguir⁷) seria também, por sua própria natureza, o ponto de *estabilização* e *desestabilização* do sentido. Nesse espírito, escrevem Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 163), a regra linguística é, de fato, o “lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas”: se, em sua positividade, ela determinada certos empregos tidos como apropriados (sistêmicos, gramaticais), e que assim podem ser objeto do cálculo lógico-científico, é também verdade que, como encontro negativo, “em cada língua, o equívoco se manifesta inexoravelmente através dos fenômenos linguísticos localizáveis”. Por um lado, sublinha Gadet (2016 [1981], p. 194), isto implica que cada regra esteja assim “afetada por uma dimensão do jogo”. O mesmo dirá Pêcheux (1998 [1982], p. 53), para quem, entre a *simetria* do que aparece como “da regra” e do *equívoco* daquilo que irrompe como “derivação imprópria”, “o paradoxo da língua atinge a ordem da regra duas vezes: pelo jogo nas regras e pelo jogo sobre as regras”. É com base nesta dupla acepção de jogo (com e sobre as regras), por sua vez, como antecipado acima, que se faz do “poético” (o trabalho com a amplitude das normas linguísticas) *uma propriedade da língua*.

É também neste ponto, portanto, em que o *real da língua* intervém na produção dos efeitos de sentido: sendo a metáfora ilocalizável, coextensiva à linguagem, como visto há pouco, ela se deixa afetar pela língua como espaço “sistêmico capaz de subversão em que, *no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa*” (Gadet; Pêcheux, 2004 [1981], p. 59, meus destaques). Se não se aceita mais as regras linguísticas como “restrições

elas são descartadas”, continua, “e esse princípio se reduz à pura e simples demanda de que um determinado tipo de proposição universalizável possa ser proferido sobre toda [e qualquer] língua”.

⁷ É digno de nota que conceber a língua como um corpo regulado por um poder normativo significaria que, assim como outros fenômenos, pode ser arregimentada por um dispositivo que passe a normalizá-la (!) em prol de um ideal normativo (!!), cujo princípio de funcionamento seria incentivar a produção de discurso à luz dessa norma (!!!) e que, conseqüentemente, seria o lugar de sua própria expropriação (!!!!).

sistêmicas” ou como “parâmetros de pertencimento”, assinala Pêcheux (1998 [1982], p. 54), seria necessário conceber a língua “como um corpo atravessado por falhas; ou seja, submetido à irrupção interna da falta” — isto é, um espaço normativo passível de jogo. Em outras palavras, através da “homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos”, como escrevem Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 55), *toda regra ou segmento linguístico está intrinsecamente dividido pela ambivalência (pela oscilação) entre poder ser, ao mesmo tempo, ele mesmo ou derivar para um outro*. Em última instância, o *real da língua* obriga a reconhecer que, dada sua própria materialidade ambivalente, cada fenômeno linguístico manifesta a possibilidade de sua subversão. Inscrever a constituição do efeito metafórico em uma base linguística, portanto, obriga também a reconhecer esse espaço de jogo no seio da produção do sentido, assim como sua predisposição natural à deriva metafórica.

Na medida em que a significação ocorre paralelamente à interpelação dos indivíduos em sujeito, as formações discursivas, como pontos de estabilização dos processos discursivos também se apresentam materialmente equívocas. Como lembra Possenti (2009, p. 142), a não-origem do sentido implica também que toda enunciação pressuponha uma posição discursiva a partir da qual as palavras recebem seu sentido — o que também implica uma memória discursiva, interdiscursivamente implicada, e que, portanto, “a relação metafórica que funciona como matriz do sentido é ‘historicamente dada’”. Ou seja, o efeito de sentido também não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui — são as formações discursivas que “informam” (com “representações sociais”) as transferências metafóricas possíveis entre enunciados de um mesmo discurso. Pode-se inclusive conceber a memória discursiva como a história destas estabilizações, as *catacreses* que cada uma delas constrói para si como “anterioridade” e que retoma no fio do discurso para fins de sustentação. Em suma, não se pode perder de vista que uma formação discursiva é o lugar onde os processos discursivos podem se estabilizar e, conseqüentemente, dar sustentação à repetição metafórica do sentido — é o que permite ao discurso que se produza como “mesmo”.

Uma das marcas fundamentais da Análise do Discurso elaborada por Pêcheux, vale dizer, é sua orientação lacanoalthusseriana que *une* sentido e sujeição, na medida em que a identidade do sujeito (a *consciência* ou a *identidade*) seria contemporânea à identidade do sentido (a *univocidade* ou a *propriedade*). Como defende Althusser (2008 [1971]), aquilo que aparece como *o* sentido para um sujeito é fruto do mesmo processo que o levou a se identificar como *um* sujeito: o assujeitamento ideológico. “A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito” assevera Pêcheux (2014 [1975], p. 238).

O que seria o mesmo que dizer, correndo o risco de me repetir enfadonhamente, que, para esta teoria, o efeito de sentido de um enunciado também “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (Pêcheux, 2014 [1975], p. 146).

Sentido e sujeição se entrelaçam, enfim, na medida em que, por um lado, os processos metafóricos servem de “fundamento da ‘apresentação’ (donation) de objetos para sujeitos”, como explica Pêcheux (2014 [1975], p. 123); e, por outro, em que as formas discursivas pelas quais os objetos (as representações sociais) se apresentam, como dirá em outro lugar, “são sempre conjunturalmente determinados enquanto objetos ideológicos” (Pêcheux, 2011a [1984], p. 157). É isto que está em jogo, enfim, na relação *posição/sujeito/sentido*: sentido e sujeito coincidem na medida em que as formações discursivas, lugar da interpelação ideológica, fornecem um “campo de realidade” onde os processos metafóricos de identidade (do sentido e do sujeito) podem se estabilizar, a posição pela qual o sujeito “reconhece a si mesmo” e (alguns) efeitos de sentido lhe parecem “naturais”, evidentes e perenes.

Inscritas no campo da interpelação ideológica, contudo, a produção metafórica do sentido corresponderia fundamentalmente a um ritual ideológico (o do assujeitamento), uma vez que, a cada instanciação discursiva, a interpelação-identificação – isto é, a estabilização dos processos metafóricos de identidade do sentido/sujeito – é *reproduzida*, isto é, *repetida*. É como ritual ideológico abrigado em formações discursivas, por sua vez, que a significação também estaria constitutivamente aberta à derivação. “Só há causa daquilo que falha”, enfatizará Pêcheux (2014 [1982]), retomando ainda outra célebre fórmula lacaniana⁸:

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que *não há ritual sem falhas*; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também *o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso* (Pêcheux, 2014 [1982], p. 277, meus destaques).

Em outras palavras, o que se sugere aqui é que os processos de estabilização de identidade do sentido/sujeito abrigados nas formações discursivas podem, por sua própria natureza ideológica, *derivar*, tornar-se outra coisa diferente de si: no transporte entre uma

⁸ Na edição brasileira, para manter certos jogos fônicos com outras passagens da obra de Lacan, diz o tradutor, optou-se por traduzir “Il n’y a de cause que de *ce qui cloche*” por “só existe causa para *o que manca*” (Lacan, 1985 [1964], p. 27, meus destaques). Contudo, a tradução que se sugere como mais próxima ao texto, “o que claudica”, me parece caminhar mais para o sentido em Pêcheux (2014 [1982]), e é também reveladora da instabilidade fundamental que está em questão: não há causa somente daquilo que *falha*, mas do que é de alguma forma *incompleto*, que funciona *mal*.

palavra e outra, seja através das latitudes equívocas da língua, seja através da brecha nos rituais ideológicos, o sentido pode, por assim dizer, se *extraviar*, seguir para onde não devia ou não se previa, tornar-se outro, enfim. Consequentemente, ainda que as formações discursivas forneçam os meios para que a anterioridade discursiva seja retomada como parte de um “mesmo”, isto é, para que a instabilidade do sentido/sujeito se mantenha, a própria ritualística da repetição metafórica se mostra um perigo para esta estabilização, na medida em que as representações fornecidas por determinada formação discursiva podem “não servir”, que a repetição pode não acontecer como se queria, ou que, entre um termo e outro, enfim, a metáfora siga caminhos imprevisos. Na qualidade de rituais ideológico-metafóricos, portanto, a repetição discursiva, abrigada em dada formação discursiva, é também a ocasião em que uma palavra, frase ou expressão pode perder ou transformar seu sentido, voltar a enfrentar sua indefinição constitutiva. Em outros termos, também no seio de cada formação discursiva se encontram os meios para sua subversão, para que um sentido estabilizado se torne outro.

São duas, portanto, as consequências materiais para a instabilidade constitutiva da metáfora. A lição central de Pêcheux e Gadet, de sua parte, me parece ser que a “repetição do significante” no *real da língua* não se reduz ao que pertence ao sistema linguístico, mas é aquilo que o fundamenta – “e com ele, o equívoco que afeta esse espaço” (Gadet; Pêcheux, 2014 [1981], p. 55). De certa forma, a estabilidade de um significante no fio do discurso seria *irremediavelmente imotivada*, até mesmo em sua positividade de norma; qualquer termo pode ser substituído (*meta-forizado*) por virtualmente “qualquer coisa”, desde que dadas as condições sócio-históricas para isso. Ou seja, em sua relação material consigo mesmo, todo segmento de uma língua – para os autores, especialmente em seu aspecto sintático – pode ser, ao mesmo tempo, ele mesmo e algo diferente.

Afetada pelo *real da língua*, a estabilidade da identidade do sentido/sujeito também se mostrou materialmente “vacilante”. Sob a máxima de que “só há causa daquilo que falha”, a natureza imotivada da metáfora como “deslizamento sem origem do significante”, nos termos de Pêcheux (2014 [1982], p. 277), introduz a instabilidade no seio da produção de sentido: o fato de que, dadas as condições e as oportunidades, qualquer efeito de sentido poderia, por assim dizer, deslizar *demais*, derrapar para outros significados, construir outras relações metafóricas, imprevisas (e até mesmo indesejadas). Em síntese, por estar submetido ao jogo com e nas latências da língua e por se assentar nos rituais ideológicos de estabilização da identidade do sentido (e do sujeito), o princípio metafórico do sentido aparece, assim, como que “assombrado” pela ambivalência inerente às materialidades que o constituem.

C) *O paradoxo da metáfora*. A fórmula lacaniana da metáfora (“uma palavra por outra”) recebe o seguinte acréscimo: “a metáfora se situa no ponto preciso em que o sentido se produz no sem-sentido [*non-sens*]” (Lacan, 1978 [1966], p. 239). Outra forma de dizê-lo seria que, se a significação é produzida pela substituição (*transporte*) entre palavras, frases ou proposições – se o sentido não é uma propriedade –, o efeito metafórico se constitui (ou “jorra”) a partir de uma indeterminação prévia incontornável (o *sem-sentido*). O *primado da metáfora*, sobre o qual se sustenta a Análise do Discurso, pode ser ainda compreendido, portanto, como uma radicalização da fórmula lacaniana para o domínio da semântica discursiva – na medida, evidentemente, em que essa radicalização se deixa afetar pelo materialismo histórico e pelas “últimas consequências” da revolução saussuriana⁹.

Outra forma de dizê-lo, mais marxista – ecoo aqui Althusser (2019 [1978]) –, é que, se levado a sério o *primado da metáfora*, a indagação pelo sentido que as palavras *tem* é ela própria sem-sentido. Ela suporia uma essência última (sempre, a *origem...*) de onde imanaria seu destino ou sua verdade. É nesse sentido, acredito, que se pode interpretar o primado da metáfora à luz da fórmula lacaniana completa: admitir, como escreveu Pêcheux (2014 [1975], p. 240), que “o sentido não se engendra a si próprio, mas ‘se produz no *non-sens*’”. É porque não há destino ou verdade imanentes à língua (submetida ao equívoco), ao pensamento (submetido ao inconsciente) e à história (submetida à falha) que o sentido é um efeito metafórico produzido no sem-sentido.

A segunda consequência que gostaria de destacar, enfim, é que o princípio metafórico do sentido que condiciona a produção do sentido a uma “existência paradoxal”: a metáfora é tanto o fundamento para a estabilização das normas da língua e da identidade do sentido, da repetição e do mesmo, quanto o fundamento de uma instabilidade congênita, do que pode vir a desestabilizar as normas e extraviar os sentidos; ela é tanto o princípio da conservação do sentido de uma palavra quanto de sua ressignificação. Como alertam Pêcheux e Fuchs (2010 [1975] p. 236, meus destaques), o princípio da metáfora “pressupõe, de fato, um campo mais vasto no qual *nada garante a priori* que as substituições e as transformações *não mudem o sentido*” – afinal, se o que há são *efeitos metafóricos de sentido*, é próprio da significação que

⁹ Françoise Gadet e Michel Pêcheux (1981/2014, p. 55) reivindicam o *real da língua* como herdeiro direto de Saussure: “Esse saber sobre a relação entre real e equívoco inicia-se na obra de F. de Saussure, que constitui ainda hoje uma aposta na questão da linguística como ciência: o que nela foi inaugurado continua a se manifestar por efeitos paradoxais”.

suas cadeias não sejam motivadas por nenhuma estrutura imanente, mas assentadas na contingência inerente à transferência metafórica.

O que não significa, devo dizer, que o sentido flutue indefinidamente, mas, em contrapartida, que os efeitos de sentido, em sua qualidade metafórica, derivados do deslizamento sem origem da significação, são de natureza *indeterminada*, ainda que constitutivamente condicionados pela língua e pela história – as formações discursivas se impõem laboriosamente fomentando a estabilidade da identidade do sentido/sujeito, e a base linguística se apresenta através de uma série de regras incontornáveis, ainda que “trapaceáveis”. A metáfora, enfim, é tanto o sinal da estabilização da identidade do sentido, quanto aparece “fundamentalmente como uma perturbação que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz [chiste (!)] ou do enigma” (Pêcheux, 2011a [1984], p. 160). Ela também revela, enfim, que as transformações metafóricas, as substituições de significantes, não desaparecem “sem deixar traços”, mas retornam produzindo transformações nos processos discursivos. Vale insistir, como o fez Pêcheux (2014 [1984], p. 15-16), que até mesmo quando a dominação se estende ao ponto da fatalidade em que “*aí* não se pode fazer nada, porque *isso* é assim”, restam ainda o “*aí*” e “*isso*”, pontos linguísticos de indeterminação semântica, que poderão retornar “sob uma forma imprevisível nas falhas da interpelação”.

Como tal, a instabilidade constitutiva do *primado da metáfora* é o signo da própria natureza das materialidades discursivas: a tensão contraditória dividida entre “a relação paradigmática de substituição que tende em direção à estabilização da forma lógica” – compreendidas aqui pelas regras da língua e pela repetição discursiva – “e a existência de relações de deriva e de alteração entre sequências que podem, ao mesmo tempo, conectarem-se por sintagmatização” (Pêcheux, 2011 [1980], p. 172) – o *equivoco* e a *falha*. É o princípio metafórico, portanto, que faz do enunciado uma materialidade capturável em um sentido numa língua, mas também com que seja “sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”, como queria Foucault (2002 [1969], p. 32). Em suma, a metáfora é o ponto mesmo em que o sentido está submetido à oscilação entre os processos de estabilização e o risco inerente de sua deriva: tanto aquilo que promove a coesão de uma formação discursiva, que por sua vez resiste a se tornar outra (*a estrutura*), como aquilo que a expõe à transformação, através da indefinição dos lances do sentido (*o acontecimento*).

A vida temporal da metáfora e a materialidade prática do sentido

Mais no início do texto, propus uma definição sintética para o princípio metafórico do sentido; com base no que precede, sugiro então atualizar a proposição: *o sentido é o efeito resultante da transposição entre enunciados postos em relação a partir de uma indeterminação prévia*. Como forma de também sintetizar as muitas qualidades da metáfora examinadas até aqui, gostaria de desenvolver esta definição com os seguintes prolongamentos: 1) o sentido não tem uma origem ontológica – ainda que submetido à língua, à memória e ao interdiscurso –, mas “jorra” da transposição metafórica entre dois enunciados; 2) conseqüentemente, o sentido também não pode ser uma propriedade de *um* significante (*uma palavra, uma expressão ou uma proposição*), mas o efeito do deslizamento *entre* significantes (*palavras, expressões ou proposições*); 3) por razões similares, o princípio metafórico não é localizável – nem como propriedade da palavra ou atributo do sentido, nem como uma função da linguagem –, mas é um fundamento inerente às línguas naturais, desde o princípio presente na produção do sentido; 4) também por não ser uma propriedade, o sentido está submetido à equivocidade de suas materialidades, constituindo-se, portanto, na lacuna do sem-sentido; 5) em razão disso, os efeitos de sentido são constitutivamente instáveis, materialmente suscetíveis a derivarem para outros sentidos; 6) como tal, a metáfora está submetida a uma existência paradoxal sendo o fundamento tanto da estabilização de um sentido quanto de sua derivação.

Me parece seguro afirmar, portanto, que a proposição do *sentido em forma de efeito*, afetada pelo registro do ordinário do sentido, altera radicalmente a natureza da significação: no lugar da estabilidade semântica da unidade, do absoluto, do verdadeiro, do sentido expresso ou referido nas proposições, está essa espécie de caráter duplicado da metáfora, organizador da produção dos efeitos de sentido mediante a “pulsção sentido/*non-sens*” (Pêcheux, 2014 [1982], p. 277). Entretanto, como sublinhado anteriormente, sob o risco de se tornar apenas um jargão, esta mudança de natureza passa necessariamente pela centralidade da enunciação como espaço de articulação. Com isso em vista, o que quero propor nesta parte final do ensaio é que a recusa do sentido como uma “entidade sêmica”, tal como operava nas perspectivas ostensivas e “empírico-realistas”, para sua reconceitualização como um “efeito metafórico” desagua necessariamente na ideia de uma *materialidade prática do sentido*.

Por um lado, isso me parece se justificar por um fato quase auto evidente: o de que a metáfora é em si mesma o resultado de uma ação – a de produção de efeitos de sentido. A própria gramática usada para descrever o *efeito metafórico* e o *primado da metáfora* leva a

supor isso, uma vez que não há como se referir a eles senão como um trabalho processual com e sobre as palavras. Vale lembrar que, já em Lacan (1985 [1964]), a metáfora é definida nos termos de uma palavra *pela* outra; ela jorra de sua *confrontação*. Sendo o princípio metafórico uma radicalização da fórmula lacaniana, não seria de se estranhar que a Análise do Discurso seguisse a mesma inclinação. Desde sua introdução, por exemplo, o *efeito metafórico* é definido em termos de “relação” ou “deslizamento de sentido”, ou ainda, como “repetição do idêntico” (Pêcheux, 2010 [1969], p. 97), todas formulações que supõem a execução de uma atividade. Posteriormente, com o *primado da metáfora*, essa descrição cinética do sentido se acirra ainda mais; por exemplo, quando Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 235, nota 74) escrevem que o sentido é o “transporte entre dois significantes”, reafirmando a mobilidade inerente à metáfora. Ou ainda, em Pêcheux (2014 [1975], p. 240), quando afirma que o sentido seria o efeito de relações “realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos”, evidenciando não só a sua temporalidade, mas também as muitas modalidades de ação discursiva que a metáfora pode assumir.

Com o perdão da metáfora, esta acepção está mesmo por vezes literalizada. Por exemplo, quando Pêcheux recorre até mesmo à etimologia para enfatizar que por “metá-fora” subentende-se que o sentido é efeito de uma translação.

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e *esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora)*, pela qual elementos significantes *passam a se confrontar*, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser determinada por propriedades da língua (Pêcheux, 2014 [1975], p. 239-240, meus destaques).

É digno de nota, dessa forma, que seja inerente à descrição do princípio metafórico representá-la através de deslocamentos e transformações, ou seja, de uma temporalidade processual; o que também sugere uma “vida temporal” para esta produção: do sem-sentido (da *não-origem*) ao efeito metafórico. Em outros termos, portanto, uma terceira consequência inerente ao princípio metafórico – e pouco explorada, arrisco dizer – é que, se o efeito de sentido decorre do deslizamento metafórico, o princípio metafórico implica necessariamente em uma prática (de deslizar/costurar) sobre o significante. Ou seja, a metáfora, como constitutiva do sentido, supõe que seja realizada uma ação com e sobre as palavras – a de *meta-forizar*; ela é o efeito do transporte, mas também é o sinal do próprio ato de transportar.

Com efeito, se poderia rebater dizendo que não é porque a definição da metáfora exige que ela seja descrita como um exercício, presumindo um processo e uma vida temporal, que a

produção do sentido dependa efetivamente de um fazer linguístico. Poderia muito bem ser apenas um “engano” provocado pela linguagem empregada para descrevê-la, mero evento indesejado. Não creio contudo, que seja este o caso; afinal, negar o aspecto prático da metáfora, ao mesmo tempo em que se afirma que ela é o resultado de um processo de produção (!), seria como dizer que os efeitos de sentido surgem por geração espontânea da matéria inanimada da história – ou pior, que a língua é falada a despeito da atividade viva dos falantes. Seguindo a linha de Althusser (2019 [1978], p. 49), me parece que o mais seguro seria justamente admitir que, não tendo as coisas sentido imanente, é preciso *dar-lhes um sentido agindo no mundo*¹⁰ – esse “dar sentido” consiste precisamente no processo metafórico. Contudo, não sendo suficientes os efeitos de sentido inerentes à gramática da metáfora, é preciso também reconhecer que, levado às suas últimas consequências, na figura da oscilação paradoxal do sentido, o princípio metafórico também não se sustenta se não for considerada sua dimensão ritual.

Como visto, a duplicação da metáfora é resultado de sua indeterminação material, isto é, do fato de que tanto o jogo da língua implica a equivocidade de suas normas quanto o ritual da produção do sentido/sujeito está genealogicamente/processualmente aberto à falha. Ora, de sua parte, considerar a língua como “espaço de jogo” exige que ela também seja considerada como uma técnica, nos termos de Wittgenstein, seja porque *um jogo é, evidentemente, algo que se joga*, seja porque a norma linguística só pode ser derivada através da colocação em ação desta norma: a língua é composta por normas ambivalentes que *podem* derivar, isto é, desde que *se faça* que derivem – ou que permaneçam as mesmas. As regras linguísticas só podem ser efetivamente concebidas como “fatos equívocos” à medida em que são jogadas, porque é na enunciação que se pode seguir ou não uma norma linguística; os falantes são *trabalhadores* da língua, como disse Possenti (1988/2001), e é somente através desse *trabalho* que suas normas se mantêm as mesmas ou se tornam outras.

Como tal, a produção do sentido metafórico encerra uma vida temporal: (a) porque não tem início, não é uma propriedade mas o resultado de um processo; (b) porque pressupõe

¹⁰ Refiro-me aqui aos comentários de Althusser (1978/2019, p. 49) acerca das possibilidades de ação política frente à ausência de sentido do mundo: “Por que não admitir que nem o mundo nem a existência humana nem a história humana não têm um sentido (um fim, um objetivo previamente estabelecido)? Seria *desanimador*? Mas por que não reconhecer francamente que a condição mais segura para poder agir no mundo, para poder mudar o seu curso e, portanto, dar-lhe *sentido* – pelo trabalho, pelo conhecimento e pela luta – é admitir que *o mundo não tem sentido* (preestabelecido, fixado por um ser todo-poderoso que é pura ficção?)”. Proponho aqui uma inversão: se o mundo não tem sentido (preestabelecido, fixo), porque não admitir que só é possível dar-lhe sentido ao agir no mundo? Como poderia agir e dizer poderiam ser coisas de natureza distinta?

um “antes” (o *sem-sentido*) e um “depois” (o *efeito metafórico*) e (c) porque é contínuo e reiterado, uma cadeia incessante de deslizamento e transformações do sentido que se tornam, por sua vez, a matéria-prima de outros efeitos de sentido. Ou seja, se a estabilização do sentido é algo que se produz no desenvolver da enunciação, pela seleção do dito e pela rejeição do não-dito, e, como tal, *pode* falhar, é justamente ao *fazê-la repetir* que a metáfora pode se extraviar. Está aí uma outra forma, acredito, de desenhar o “caráter paradoxal e oscilante” do sentido: uma atividade de algo que *retorna* (um discurso que se repete), e que, como consequência da temporalidade deste retorno, implica tanto a manutenção da semelhança quanto a possibilidade da diferenciação. É enfim como uma falha na temporalidade de um ritual de produção que a metáfora pode se estilhaçar no lapso.

Em suma, não são como “coisas estáticas e herméticas” (sugerido pelas ideias de sistema linguístico ou estrutura social) que a língua e a história podem se articular para produzir sentido e fazê-lo derivar, mas como “diagramas de ação”, ou seja, através de sua *colocação em ato*: é como ato que se podem substituir as palavras; é como ato que se pode estabelecer relações de sinonímia e de paráfrase; é como ato que os discursos atribuem a outros a qualidade de matéria-prima; é como ato que os discursos podem repetir outros discursos; é como ato que podem retomá-los, reiterá-los, refutá-los ou replicá-los; é como ato que uma norma linguística pode ser acionada ou momentaneamente subvertida; e é como ato, enfim, que um sentido pode se estabilizar ou se tornar outro. O primado da práxis, nos termos de Wittgenstein, aparece aqui precisamente como o que anima a produção e a equivocidade das materialidades discursivas, no próprio coração do princípio metafórico do sentido. O que leva a crer, dada sua dimensão oscilante, que é somente através desta dimensão prática (dos jogos de linguagem) que se pode conceber o discurso como estrutura e acontecimento, na medida em que é na prática enunciativa ritualizada que uma norma pode se atualizar ou derivar e que a metáfora pode se estabilizar ou extraviar por outras relações. Dito de outra maneira, é na reinstituição do discurso como uma *prática*, apagando qualquer diferença de natureza entre *dizer* e *fazer*, que a escuta do registro ordinário da oscilação paradoxal do sentido, em seu registro ordinário, deve ser desenvolvida; ela passa necessariamente pela consideração de sua *materialidade prática* e de sua temporalidade ritual.

Esta hipótese encontra precedentes no desenvolvimento da teoria discursiva no pensamento de Michel Pêcheux. Na introdução ao célebre número 37 da revista *Langages* (dedicado inteiramente à Análise do Discurso), após apresentar as bases para uma teoria materialista do discurso, Pêcheux acrescenta o que considerava um “fato essencial” ao encontro *língua/discurso* (a enunciação),

a saber, que *a fronteira que separa o linguístico e o discursivo é constantemente posta em causa em toda prática discursiva*, pela razão de que as ‘sistematicidades’ evocadas há pouco (e antes de tudo as da sintaxe) não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica (Pêcheux, 1975, p. 3, meus destaques)¹¹.

Em outras palavras, muito antes de sofrer com os efeitos do apagamento das “asperezas discursivas” em sua teoria do discurso, e ainda que esta questão só apareça mais explicitamente nos acenos à filosofia analítica no fim de sua obra, Pêcheux já chamava a atenção para o fato de que é como *prática discursiva* que toda enunciação está sujeita a abalar a sistematicidade da língua, sobrecarregando, apagando e reorganizando as regras em seus domínios fonológico, morfológico e sintático. Como deixa claro em seguida, esperava com isso explicitar a oposição da semântica discursiva que propunha às teorias formais e da enunciação, destacando tanto a autonomia *relativa* do sistema linguístico (que ainda se deixa afetar pelo discurso) quanto a impossibilidade de que o sujeito do discurso seja considerado puramente através desta sistematicidade (não se trataria de uma apropriação contextual do aparelho enunciativo/linguístico). Contudo, esta tomada de posição “não-subjetiva” da enunciação não deixa de evidenciar a centralidade da *atividade discursiva* na produção do sentido, seja como aquilo que promove ou articula o encontro da base linguística com os processos discursivos, seja como o que provoca os acontecimentos que estremecem e des/reorganizam esse encontro. Se só há causa daquilo que falha, é porque o nível prático leva a reconhecer, em suas muitas formas, o “chão de fábrica” da história.

A relação entre práxis e metáfora leva a crer, assim, na primazia da prática sobre a diferença e a semelhança: se a *posição* (social, discursiva) fornece os meios para reconhecer a constituição histórica dos sentidos, que mais “somos falados” do que “falamos”, em suma, para apreender como o *igual* se manifesta independentemente da vontade individual, é também verdade, para manter certa analogia, que é pelo modo como se age enquanto se ocupa tal posição (como se usam as palavras) que se pode apreender de fato a natureza da diferença, isto é, da oscilação do sentido. Estes modos podem ter muitos nomes (*registro, estilo, ethos, artes de fazer* etc.), mas marcam todos diagramas de ação (isto é, de *fazer/dizer*). Se os dispositivos de poder fornecem os meios pelos quais os discursos são informados/enformados

¹¹ Citação baseada na tradução de Eni Orlandi (cf. Maldidier, 2017, p. 45). No original: “Cela dit, il faut immédiatement ajouter un fait essentiel, à savoir que la frontière séparant le linguistique et le discursif est constamment remise en cause dans toute pratique discursive, en raison de ce que les ‘systématicités’ évoquées à l’instant (et avant tout celle de la syntaxe) n’existent pas sous la forme d’un bloc homogène de règles organisé à la manière d’une machine logique”.

– isto é, que fornecem a posição na qual o sujeito reconhece a si e ao sentido –, é no modo como se age (para continuar) ocupando esta posição que se encontra o trabalho discursivo com a/da diferença. Nesse sentido específico, o diferente é produto do *fazer diferir*.

Conclusões

Como gesto final, antes de elaborar conclusões definitivas, gostaria de tecer alguns comentários para a proposição de uma *materialidade prática do sentido*. A primeira questão é que, ao aproximar os primados da práxis e da metáfora sobre o sentido, não estou sugerindo que a metáfora se confunda com um modelo de toda e qualquer prática linguística; isto é, não estou buscando substituir a referencialidade da ostensão criticada por Wittgenstein pelo efeito metafórico. Os jogos de linguagem, como os listados por Wittgenstein (§23) – contar uma piada, dar e seguir ordens, propor e testar hipóteses, cantar cantigas de roda etc. –, compreendem uma série de rituais linguísticos distintos, com funções e regras particulares e específicas; afirmar que todas seriam “atividades metafóricas” (em oposição a uma suposta literalidade) me parece novamente voltar a tratar da metáfora como uma função da linguagem, fazendo de todos os sentidos marginais. Portanto, gostaria de precisar dois pontos sobre a articulação entre práxis e metáfora (que também serão retomados nos comentários subsequentes): (a) nenhum jogo de linguagem se joga só uma vez nem sozinho, mas cada “jogada” consiste numa repetição convencional, referente a uma norma e às jogadas anteriores (toda enunciação se sustenta em enunciações prévias – e nesse sentido, chegaria mesmo a conjecturar se os jogos de linguagem, como jogos *de linguagem*, não estariam também submetidos ao interdiscurso); (b) as palavras ganham seu “sopro de vida” não apenas em referência ao jogo de linguagem em que estão sendo usadas (em sua modalidade ritual e convencional), mas na relação de sua instanciação com aquelas anteriores, à medida que retoma, reitera, refuta etc., ou seja, à medida que atribui a propriedade de matéria-prima a outros discursos.

Ou seja, práxis e metáfora se encontram na medida em que o efeito metafórico exige uma modalidade de ação (um jogo de linguagem) para ser produzido dentro das formações discursivas, e que os jogos, como rituais, são feitos de repetição e de retomada, realizados em referência não só a uma série de normas sociais e linguísticas, mas também a suas muitas outras realizações anteriores (a uma posição discursiva), extrapolando sua “realização contextual”. Os jogos de linguagem não constituem tipos ideais, mas uma “complicada rede

de semelhanças que se sobrepõem e se cruzam mutuamente” (§66). Não existiriam, assim, formas ideais de “enunciação” (dos jogos de linguagem), mas sim diversos diagramas de ação que se realizam de diferentes formas e cujas regras podem também se transformar. Em certo sentido, me parece cabível estender as conclusões do “jogo da língua” para os “jogos de linguagem”: todo jogo é a ocasião tanto da ativação de uma norma (ou de uma série delas) quanto de sua subversão e transformação.

Em um sentido muito específico, pode-se inclusive dizer que o sujeito é, sim, “pura repetição”: repetição como “fazer *de novo*”, mas nunca “fazer *igual*”. A questão da identificação e da enunciação, portanto, não é apenas a de demonstrar que determinado enunciador está identificado com a posição de determinado discurso – com sua construção imaginária correlata –, mas também o que está sendo feito (*qual a prática discursiva*) que (se) sustenta (n)essa identificação. Há mais na “tomada de posição” enunciativa do que mera definição de fronteiras entre formações discursivas. Enfim, ao destacar a materialidade prática da metáfora, busco também salientar que tanto os modos da prática linguística quanto sua filiação histórica são determinantes e indissociáveis para a produção do sentido (e do sujeito); arriscaria até mesmo dizer que, informados pelas “formas de vida”, os próprios jogos de linguagem só ganham corpo mediante sua inscrição nesta ou naquela formação discursiva. Que se fale, portanto, em uma “posição discursiva” não apenas como uma estrutura, mas uma posição num jogo de ação (*de fazer discurso*).

Concomitantemente, também não estou sugerindo com isso que, enquanto prática linguística, a produção do sentido seja fruto da ação livre do sujeito. Encaminhando ao final do ensaio, parece interessante traçar um breve paralelo entre a *materialidade prática do sentido* e algumas considerações de Judith Butler (2021 [1997]) sobre a política do performativo. Resgato alguns princípios da subjetivação à luz do poder regulador como exposto por ela: (a) o poder não é um instrumento, mas uma relação; (b) como tal, o poder age menos pela censura e pela repressão (formas aplicadas ao discurso *a posteriori*), e mais pela instauração de um “campo de realidade” para o sujeito, constituindo-o ao inseri-lo na “ordem do dizível”, e retiradamente induzindo-o a produzir discursos de acordo com suas normas; (c) sua força, portanto, está em pôr em prática suas normas, em fazer com que sejam repetidas; (d) conseqüentemente, a sujeição é um processo sem fim, ocorrendo por toda a vida do sujeito, reencenada toda vez em que se toma a palavra. Nesta perspectiva, paradoxalmente, o sujeito não é determinado pelas normas que o produzem, nem está livre delas: “Em certo sentido,” afirma Butler (2018 [1990], p. 251), “toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a ‘ação’, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação

dessa repetição”. Nesse sentido, é preciso pensar a ação linguística não em termos de vontade ou soberania, mas como uma condição inerente à linguagem.

Nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos com a linguagem e fazemos coisas à linguagem, mas a linguagem também é aquilo que fazemos. A linguagem é um nome para o que fazemos: tanto ‘o que’ nós fazemos (o nome da ação que performatizamos de maneira característica) como aquilo que temos como efeito, o ato e suas consequências (Butler, 2021 [1997], p. 22).

Compreendidas dessa forma, ação e sujeição não se anulam ou contradizem, mas se imbricam completamente: a sujeição é o cenário necessário para a ação (linguística ou de qualquer outra qualidade). Como não há possibilidade de existência fora da linguagem (fora do simbólico ou da práxis), a questão não é se se repete ou não, mas *como* se repete – como se age discursivamente. Não se pode negar, portanto, que a forma como os discursos retornam é tão relevante quanto o próprio retorno – que pode ser por meio de uma reiteração, uma filiação, mas também uma expropriação; isto é, torna-se tão importante quanto os efeitos que produz, como se produzem os efeitos: não apenas em questão de efeitos posteriores, mas de *propósitos*, de diferentes economias discursivas. Não é apenas uma questão de posição em determinados espaços discursivos, mas em como esses espaços inscrevem certas maneiras (e propósitos) de usar a língua enquanto suprimem outras.

Por outro lado, se o sentido desliza no sem-sentido da não-origem, o que garante que as representações sociais permaneçam relativamente estáveis nos processos discursivos em sua relação equívoca com as materialidades discursivas? A materialidade prática do sentido leva também a reconsiderar a relação entre poder, sujeição e repetição, que se inverte: o poder não é mais a figura que instaura uma subjetividade determinada a repetir seus ditames, mas o que insere o sujeito no seio do dizível, exigindo dele e coagindo-o a falar segundo suas normas (que as repita). “Uma estrutura só permanece como estrutura”, lembra Butler (2021 [1997], p. 230), “ao ser restabelecida como tal”:

o sujeito que fala no interior da esfera do dizível reinvoca implicitamente a forclusão da qual depende e, desse modo, depende dela novamente [...]. Falamos uma língua que nunca é totalmente nossa, mas essa língua só continua a existir por meio da repetição dessa invocação. Essa língua obtém sua vida temporal apenas nos e pelos enunciados que reinvocam e reestruturam as condições de sua própria possibilidade (Butler, 2021 [1997], p. 230).

Me parece ser aí que se pode compreender o fundamento prático do poder ao produzir discursos: a força social das formações discursivas não se encontra na instauração primeira de

uma posição discursiva de onde derivaria um sem número de repetições-reproduções, mas, mais precisamente, no sucesso em *fazer estabilizar um sentido através da repetição*, ou seja, na coação a produzir discursos segundo suas normas através da imposição de regras/normas/formas para a retomada (e manutenção) de um passado discursivo como “mesmo”. Nesse sentido, as formações discursivas (a ideologia, as normas reguladoras) são tão dependentes da repetição quanto o sujeito: assim como ele, se ela não é retomada, redita, reiterada, não produz mais efeitos – retorna ou fica reduzida ao campo do sem-sentido; mais simplesmente, deixa de existir. É bem verdade, portanto, como dito por Possenti (2009, p. 133), que o sentido *depende* da enunciação: quer seja na medida em que ele só se produz por meio do transporte metafórico, quer seja porque ele demanda a repetição ritualizada como forma de existência.

Consequentemente, a produção do sentido deve ser compreendida como um “ritual de repetição” cuja estabilização (ou a falha dela) são efeitos performativos desta repetição. Ou seja, a materialidade prática do sentido revela justamente uma *performatividade do sentido*, cuja estabilização, no nível discursivo, é um de seus efeitos mais notórios. Em seu nível prático, portanto, a Lógica, a Semântica Formal ou Gerativa – e todas as outras teorias e campos correspondentes àquilo que Pêcheux chamava de “logicismo” – tornam-se o *eterno esforço para domesticar a língua em prol de um efeito de estabilidade e naturalidade*. À sua transposição pela retórica e pela hermenêutica, ou para o juridismo burguês – na figura do sujeito de direito –, correspondem às práticas dos “indivíduos” que se “veem no direito de”.

Nesse sentido, é preciso pontuar também uma advertência. Isso não permite ceder à tentação da filosofia analítica de construir, em contrapartida, uma espécie de “funcionalismo do ato”: ou seja, não transformar a análise da performatividade do sentido em um problema situacional “entre os sujeitos falantes como tentativas estratégicas em que cada qual visa a impor aos outros um mundo de linguagem a título de convenção indiscutível” (Gadet; Pêcheux, 2004 [1981], p. 123-124). Ao contrário, seria preciso pensar em termos de uma “performatividade discursiva”, para emprestar uma formulação de Butler,

uma cadeia ritual de ressignificações cuja origem e fim não são fixos nem podem ser fixados. Nesse sentido, um ‘ato’ não é um acontecimento momentâneo, mas uma rede de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento em que ela ocorre (Butler, 2021 [1997], p. 32-33).

Supera-se, portanto, a divisão entre as categorias enunciativas do “constativo” e do “performativo”, para pensar a performatividade do sentido como fundamento da linguagem –

tal como a poesia e a metáfora, a performatividade é também *ilocalizável*. Nesse sentido, é preciso compreender a performatividade do sentido como parte da luta fundamental, da disputa e da luta pelo sentido como resultado da atividade do sujeito sobre uma base linguística nos processos discursivos.

Ao fim e ao cabo, a “materialidade prática” do sentido pode assim ser resumida através de três de suas características: (a) ela corresponde ao que põe em movimento o deslizamento ritualizado do significante, articulando língua e discurso; (b) ela compreende uma série de modos de produzir sentido ou meta-forizar (de jogar com o discurso), inerentes à produção do sentido; e (c) ela revela uma espessura e temporalidade linguísticas próprias à produção dos efeitos de sentido como efeitos performativos. Trata-se enfim de descrever e interpretar a produção dos efeitos de sentido de um enunciado não só a partir de um posicionamento no tabuleiro discursivo, mas também nas formas pelas quais se constitui nele e como também explora essa topografia: como ou através de quais jogos de linguagem ou práticas cotidianas, os discursos sociais seguem impondo uma série de metáforas, verdadeiras *catacreses* que regem o corpo e a vida social, e também como uma série de discursos cotidianos as expropriam, por serem aquelas a ocasião mesma de seu desvio.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado [1971]. In: **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 251-294.

ALTHUSSER, Louis. **Iniciação à filosofia para não-filósofos** [1978]. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** [1990]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio** [1997]. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

FIGUEIRA, Filipo. No rastro do ordinário do sentido: entre jogos de linguagem e práticas cotidianas. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 151-179, 19 jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-4573p58095>

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber** [1969]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GADET, Françoise. Trapacear a língua [1981]. In: CONEIN, B. et al. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 185-200.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível** [1981]. Campinas: Pontes, 2004.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano [1971]. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020, p. 17-39.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud [1966]. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 223-260.

LACAN, Jacques. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** [1964]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. O Seminário, vol. 11.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. Campinas: Pontes, 2017.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua** [1978]. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Introduction au n° 37, Analyse du discours, langue et idéologies. **Langages**, Paris, v. 37, n. 1, p. 3-6, mar. 1975.

PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas (1982). **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 7-32, out. 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69) [1969]. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-250.

PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva [1980]. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2011, p. 163-173.

PÊCHEUX, Michel. Língua, “Linguagens”, Discurso [1971]. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2011, p. 121-129.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso [1984]. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2011, p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês [1982]. In: **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 269-281.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** [1975]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade** [1988]. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: **Os limites do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 129-148.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral** [1916]. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus** [1921]. São Paulo: Edusp, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas / Philosophische Untersuchungen** [1953]. Curitiba: Hörle Books, 2022. Apresentação, tradução e notas João Rodrigues Lima de Almeida. DOI: <https://doi.org/10.55872/GOUO4768>

Recebido em: 17 de abril de 2024

Aceito em: 13 de maio de 2024